

Simpósio – Educação em Direitos Humanos, Resistências e Políticas Públicas

Coordenadora: Professora Dra. Maria de Nazaré Tavares Zenaide – (UFPB/Brasil). Integrante da Comissão que elaborou o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Participou da criação do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos e contribuiu com a articulação e criação dos comitês estaduais e os planos estaduais em diversas localidades do Brasil.

Contribuidores: Professora Dra. Francisca Rodrigues de Oliveira Pini (IPF/Brasil) – Diretora Pedagógica do IPF e Integrante da Coordenação Geral da Elaboração do Plano Estadual de Educação em Direitos Humanos no Estadual de São Paulo.

Professor Dr. Jason Mafra (Uninove) – Coordenador da Cátedra Paulo Freire da Uninove. Janaina Marques de Abreu (IPF/Brasil) – Coordenadora da comunicação do IPF/Brasil e Integrante da Coordenação Geral da Elaboração do Plano Estadual de Educação em Direitos Humanos no Estadual de São Paulo.

Maria Aparecida Costa dos Santos (USP-SP) – Doutora em Educação pela USP, mestre em Educação pela Uninove e graduada em Educação Física pela Unesp.

As demandas do século XXI exigem a apreensão dos conteúdos, princípios e valores éticos comprometidos com o desenvolvimento humano, elementos essenciais para memória histórica e a resistência democrática. A Educação em Direitos Humanos é estratégica para memória das lutas sociais e a construção de atitudes que assegurem uma convivência de respeito e de reconhecimento da diversidade humana, garantindo a inclusão dos povos em processos de migração. As condições de desemprego, violência, fome e barbárie assolam a sociabilidade de crianças, adolescentes e jovens, sucumbindo as conquistas sociais.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988, que completou trinta anos, introduziu um novo padrão de concepção de políticas sociais, reafirmando o caráter público, universal, não contributivo, de acessibilidade irrestrita aos serviços e à garantia da participação da sociedade civil no controle democrático e na execução dessas ações. A partir de 1990, instaura-se uma nova cultura política, baseada na afirmação dos direitos sociais e na ruptura das formas clientelistas e assistencialistas das políticas sociais no Brasil. No entanto, não podemos desconsiderar a questão social, suas expressões e as formas de enfrentamento. No bojo dessas contradições e com o acúmulo do movimento social de direitos humanos, setores da sociedade civil organizada dialogam com o governo para a construção de um Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, em 2003, com aprovação final em 2006. Este foi formulado a várias mãos, por meio dos encontros estaduais de Educação em Direitos Humanos, sendo estruturado em cinco eixos: educação básica, educação superior, educação não-formal, educação e mídia e educação para os profissionais de justiça e segurança pública.

O educador Paulo Freire, mesmo não tendo desenvolvido textualmente reflexões sobre os direitos humanos, é uma referência em sua teoria do conhecimento para a concepção de Educação em Direitos Humanos, quando articula a realidade social, com a cultura dos(as) educandos(as), aborda os conteúdos de forma problematizadora, compreende a educação como ato político e uma forma de intervenção no mundo e constrói novas relações sociais para a efetivação de espaços de socialização da política e atrelada a luta por valores democráticos, em que recusa o individualismo e constrói relações de respeito, de cooperação e de cidadania ativa, buscando a superação do modo de exploração e opressão. No livro *Pedagogia do Oprimido*, produzido durante seu exílio no Chile, aponta para o mundo a necessidade da descolonização das mentes por meio da educação emancipadora, desconstruindo o projeto hegemônico de dominação, que tem na educação o centro de irradiação do poder. A centralidade dos oprimidos nessa obra se dá

pelo fato da intensificação das contradições entre as classes sociais, cujo agravamento da situação de desigualdade social e econômica no mundo e a ampliação da violência são equivalentes à barbárie. Quando Paulo Freire reflete a relação opressor e oprimido, ele discute uma questão de classe social e aponta para a necessidade de apreendermos as indagações dos oprimidos, em uma sociedade globalizada, cujas as opressões são mundializadas, as riquezas são centralizadas e os mecanismos de coerção são mobilizados para a criminalização das lutas e projetos de caráter emancipatório. Após 15 anos do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos e de experiências estaduais, resistimos como projeto de sociedade.

A Educação em Direitos Humanos é compreendida como um processo sistemático e multidimensional que orienta a formação do sujeito de direitos. Até 2010, o Brasil, era o único país do Continente Latino Americano a ter um Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, conforme o Instituto de Direitos Humanos, com sede na Costa Rica. A proposta do Simpósio pretende contextualizar a Educação em Direitos Humanos no Brasil em tempos de ofensiva neoliberal, de restrição de direitos e ampliação da cultura do ódio, contra os povos migratórios, a juventude negra, as mulheres e LGBT+. As experiências brasileiras se colocam na trincheira da resistência e na construção do processo democrático.

Palavras Chave: Educação em Direitos Humanos. Políticas Sociais. Resistências.

REFERÊNCIAS

- BEHRING. Elaine Rossetti; BOSCHETTI. Ivanete. **Política social:** fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2007. (Biblioteca Básica de Serviço Social, v. 2. 3.)
- BEISIEGEL. Celso de Rui. **Estado e educação popular.** São Paulo: Pioneira, 1974.
- BENEVIDES. Maria Victoria. In. SCHILLING. Flávia. **Direitos Humanos e Educação.** São Paulo: Cortez, 2005, p. 12.
- BORDENAVE, J. **O que é Participação.** São Paulo: Ed. Brasiliense, 1983.
- BRANDÃO, Carlos R. **Repensando a Pesquisa participante.** São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BRANDÃO, Carlos R. **O que é Educação Popular.** São Paulo: Brasiliense, 2006 (Coleção Primeiros Passos).
- BRASIL. **Caderno de Educação em Direitos Humanos:** Diretrizes Nacionais. Brasília. SDH/PR, 2013.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.** Resolução nº1, de 30 de maio de 2012.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 4 dez. 2017.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CP n.8/2012,** de 30 de maio de 2012. Dispõe sobre as diretrizes nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/conferencias/12a-conferencia-nacional-de-direitos-humanos>>. Acesso em: 20 nov. 2017.
- BRASIL. Ministra das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. **Diretrizes Nacionais do Femicídio.** Investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres. Brasília. SDH/Secretária Especial de Políticas para as Mulheres, 2016.
- BRASIL. **Pesquisa Brasileira de Mídia – 2016.** Presidência da República Secretaria de Comunicação Social. Brasília, 2016. Disponível em: <<http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2016.pdf/view>>. Acesso em: 18 dez. 2017.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007. Disponível em: <http://www.mdh.gov.br/assuntos/direito-para-todos/pdf/copy_of_PNEDH.pdf>. Acesso em: 4 dez. 2017.

BRASIL. **Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)**. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República - ver. e atual. Brasília: SEDH/PR, 2010P. 185-186. Disponível em: <<http://www.mdh.gov.br/assuntos/direito-para-todos/programas/pdfs/programa-nacional-de-direitos-humanos-pndh-3>>. Acesso em: 6 de nov. 2017.

CALDART, Roseli. **Educação e movimento - formação de educadores no movimento dos trabalhadores rurais sem terra**. Petrópolis: Vozes, 1997.

CARTA DA TERRA. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2008.

CHAUÍ, Marilena. Considerações sobre a democracia e os obstáculos à sua concretização. In: TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves (Org.). **Os sentidos da democracia e da participação**. São Paulo: Instituto Pólis, 2005.

CISNE, Mirla. **Feminismo, luta de classes e consciência militante feminista no Brasil**. Tese de doutorado em Serviço Social defendida na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Rio de Janeiro: UERJ, 2013. p. 43-51. Disponível em: <http://www.btdt.uerj.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=6406>. Acesso em: 5 mar. 2017.

CORTELLA, Mário Sérgio. **A escola e o conhecimento - fundamentos epistemológicos e políticos**. São Paulo, Cortez /IPF, 1998.

DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto J. e PANFICHI, Aldo (orgs.). **A disputa pela construção democrática na América Latina**. São Paulo: Paz e Terra; Campinas, SP: Unicamp, 2006.

FREIRE, Paulo & Guimarães Sérgio. **Aprendendo com a própria história**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987a.

FREIRE, Paulo. & Adriano Nogueira. **Que fazer — teoria e prática em educação popular**. Petrópolis, 1989.

FREIRE, Paulo. **Educação e atualidade brasileira**. Recife, Dissertação de concurso para a cadeira de História e Filosofia da educação na escola de Belas Artes de Pernambuco. Recife, 1959.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 43.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GADOTTI, M. & ROMÃO, J.E (orgs). **Autonomia da escola: princípios e propostas**. São Paulo: Cortez, 1997.

GADOTTI, Moacir e TORRES, Carlos A. (Orgs.). **Educação Popular e utopia latino-americana**. São Paulo: Cortez, 1994.

GADOTTI, Moacir. (org.). **Paulo Freire: uma biobibliografia**. São Paulo: Cortez, IPF, 1996.

GADOTTI, Moacir. **Concepção dialética da educação**. São Paulo: Cortez, 1995.

GADOTTI, Moacir. É possível aplicar o método Paulo Freire hoje? In: **Educação e Compromisso**. Campinas: Papirus, 1985.

GADOTTI, Moacir. **Educar para a sustentabilidade: uma contribuição à década da educação para o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Pulo Freire ,2008b.

GADOTTI, Moacir. **MOVA, por um Brasil Alfabetizado**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2008a.

GALEANO, Eduardo. **As Veias Abertas da América Latina**. 45.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GALVÃO, Mariana, PADILHA, Paulo Roberto, LEITE, Rosângela. **Diversidade e Direitos. Cadernos de Formação**. Projeto MOVA-Brasil, 1ª edição. São Paulo, Editora e Livraria Paulo Freire, 2011.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1970.

INSTITUTO PAULO FREIRE. **Texto Base do Plano Estadual em Educação de Direitos Humanos**. Disponível em: <http://www.paulofreire.org/download/pdf/18072017_Final_TextoBase_PlanoEstadualEduca%C3%A7%C3%A3oemDireitosHumanosSP.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2017.

LEVANTE SUA VOZ - A Verdadeira história da mídia brasileira. Direção: Pedro Ekman. Produção: Interozes Coletivo Brasil de Comunicação Social. Apoio: Fundação Friedrich Ebert Stiftung. 2011. 17 min. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=KgCX2ONf6BU&feature=youtu.be>>. Acesso em: 28 nov. 2017.

LIU, Emiliano Palmada; PINI, Francisca Rodrigues de Oliveira; GÓES, Washington. **Educação Popular**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2011. (Caderno MOVA-Brasil, v. 3).

LUI, Palmada Emiliano. Pini, Francisca, Góes, Washington. **Educação Popular. Cadernos de Formação**. Projeto MOVA- Brasil, 1ª edição. São Paulo, Editora e Livraria Paulo Freire, 2011.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: **Cadernos PENESB**. Niterói; EdUFF, n. 5, 2004, p. 17-34.

OLIVEIRA, Francisco e Paoli, Maria Célia (Org.). **Os sentidos da democracia**. Políticas do dissenso e hegemonia global. Rio de Janeiro: Vozes, NEDIC, 1999.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em: <http://www.mp.go.gov.br/portalweb/hp/7/docs/declaracao_universal_dos_direitos_do_ho mem.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2017.

PINI, Francisca Rodrigues de Oliveira e MORAES, Célio Vanderlei (Orgs.). **Educação, Participação Política e Direitos Humanos**. São Paulo: Editora e Livraria do Instituto Paulo Freire, 2011.

RODINO, Ana Maria, et al. (org.). **Cultura e educação em direitos humanos na América Latina**. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa: CCTA, 2016.

SADER, Emir. **A Vingança da História**. São Paulo: Boitempo, 2003.

SAFFIOTI, I. B. Heleieth. Já se mete a colher em briga de marido e mulher. In: **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v. 13, n. 14, 1999. p. 82-91. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v13n4/v13n4a08.pdf>>. Acesso em: 22 fev. 2017.

SILVA, Roberto da Silva (et al). **Pedagogia Social**. São Paulo: Expressão & Arte Editora, 2009.

TELLES, Vera da Silva. No fio da Navalha: entre carências e direitos. In: **Revista Pólis** - nº 30. São Paulo, 1998.

ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares et.al.. **Direitos Humanos políticas públicas e educação em e para os direitos humanos**. João Pessoa: CCTA, 2019.

ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares. **Relatório de Experiências de Educação em Direitos Humanos**. João Pessoa: CEDDHC/PNDH, 1999.